



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



PROJETO DE LEI N.º 941/2023

*Institui a Política Estadual de
Estímulo ao Futebol Feminino no
âmbito do Estado da Paraíba.*
PARECER PELA
CONSTITUCIONALIDADE E
JURIDICIDADE

CONSTITUCIONALIDADE:

Resumo da matéria: instituir a **Política Estadual de Estímulo ao Futebol Feminino**. Os artigos 2º e 3º tratam de diretrizes e objetivos, revelando a intenção da norma de balizar uma política pública quando da sua consecução.

Fundamento da constitucionalidade:

Matéria que versa sobre **educação, cultura, ensino, desporto**, art. 24, IX, CF. Ausência de vício de iniciativa. Precedentes do STF.

AUTORA: DEP. CAMILA TOSCANO

RELATOR: DEP. WILSON FILHO, substituído na reunião pelo Deputado Chico Mendes.

P A R E C E R N.º 795 /2023

I - RELATÓRIO

A *Comissão de Constituição, Justiça e Redação* recebe para análise o **Projeto de Lei nº 941/2023**, de autoria da *Deputada Camila Toscano*, o qual "***Institui a Política Estadual de Estímulo ao Futebol Feminino no âmbito do Estado da Paraíba***".

Tramitação na forma regimental. É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



II - VOTO DO RELATOR

A propositura em análise tem por objetivo instituir a *Política Estadual de Estímulo ao Futebol Feminino*.

Os artigos 2º e 3º tratam de diretrizes e objetivos, revelando a intenção da norma de balizar uma política pública quando da sua consecução, vejamos:

Art. 2º São diretrizes da Política Estadual de Estímulo ao Futebol Feminino:

- I - o exercício pleno do direito constitucional ao esporte;
- II - a promoção de uma cultura competitiva sadia;
- III - a evolução da consciência, da autoestima, da integração social e do prazer pela prática do futebol; e
- IV - o respeito aos direitos protetivos da gravidez e da maternidade.

Art. 3º São objetivos da Política Estadual de Estímulo ao Futebol Feminino:

- I - promover condições favoráveis para o desenvolvimento do futebol feminino profissional e amador no Estado;
- II - combater ativamente a discriminação das meninas e das mulheres nas práticas relacionadas ao futebol;
- III - incentivar a participação das mulheres nas posições de gestão, na arbitragem e na direção técnica de equipes de futebol;
- IV - fomentar a implantação de centros de treinamento específicos;
- V - incentivar a participação dos clubes de futebol na formação de meninas e mulheres para a prática do futebol; e
- VI - colaborar com as entidades educacionais para a inserção do futebol feminino nas escolas públicas e privadas do Estado.

Pois bem, feito esse breve resumo do conteúdo do Projeto, efetivamente cabe a esta Comissão, nos termos do art. 31, I, "a" da Resolução 1.578/2012 (Regimento Interno da ALPB), analisar os aspectos "constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos [...] para efeito de admissibilidade e tramitação [...]".

Quanto à competência, resta claro que **a matéria trata sobre educação, cultura, ensino, desporto**, assuntos escolhidos pelo Constituinte de 1988 para ser tratado



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



tanto pela União quanto pelos Estados (e os Municípios, quando se trate de assunto de interesse local), **aplicando-se, assim, o art. 24, incisos IX, da CF/88.**

No que tange a uma possível iniciativa legislativa reservada, a discussão se torna um pouco mais complexa, uma vez que se estaria criando um programa a ser implementado e isso poderia gerar despesas e obrigações para o Estado. Como forma de resolver essa celeuma, é interessante mencionar alguns julgados do Supremo Tribunal Federal.

A criação, por lei de iniciativa parlamentar, de programa municipal a ser desenvolvido em logradouros públicos não invade esfera de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo.
[RE 290.549 AgR, rel. min. Dias Toffoli, j. 28-2-2012, 1ª T, DJE de 29-3-2012.]

O projeto em questão cria uma política/programa genérico, apenas sugestionando o Poder Executivo a adotar determinadas medidas. Vejamos as ações orientadas:

Art. 4º São instrumentos da Política Estadual de Estímulo ao Futebol Feminino:

- I - critérios e mecanismos para incentivar a prática do futebol feminino;
- II - metodologia de aprendizado específica, adaptada às necessidades das meninas e das mulheres;
- III - centros de desenvolvimento específicos; e
- IV - outras medidas de incentivo destinadas à criação de projetos relativos ao futebol feminino.

Dessa forma, o programa não criou nenhuma atribuição ou redesenhou qualquer atividade do Executivo, apenas sugeriu ações, não carregando nenhum vício que o torne inconstitucional.




ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



Logo, esta relatoria opina pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **JURIDICIDADE** do **Projeto de Lei nº 941/2023**. É o voto.

Sala das Comissões, 05 de outubro de 2023.



DEP. CHICO MENDES
RELATOR



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda, por unanimidade dos membros presentes, o voto da relatoria pela **CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE**, do **Projeto de Lei nº 941/2023**, na sua integralidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2021.

DEP. WILSON FILHO
PRESIDENTE

DEP. CAMILA TOSCANO
Membro

Dep. João Gonçalves
MEMBRO

DEP. FELIPE LEIRÃO
Membro

DEP. CHICO MENDES
MEMBRO